



VII REUNIÃO DE MINISTROS/AS E RESPONSÁVEIS PELA IGUALDADE DE GÉNERO DA CPLP

“Empoderar a Mulher para a Equidade de Género – Rumo ao Desenvolvimento Sustentável”

Luanda, 29 de Abril de 2022

*Intervenção do Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão em
representação do Secretário Executivo da CPLP, Dr. Zacarias Albano da Costa*

- Excelência, Senhora Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher de Angola, Dra. Faustina Alves de Sousa
- Excelências, Senhoras Ministras e Senhores Ministros e Responsáveis pela Igualdade de Género nos Estados-Membros da CPLP
- Senhora Ministra e Senhoras e Senhores Secretários de Estado de diferentes áreas setoriais do Governo de Angola
- Senhora Coordenadora Residente das Nações Unidas em Angola, Dra. Zahira Virani
- Estimados representantes dos vários órgãos de soberania de Angola
- Estimados Embaixadores dos Estados-Membros da CPLP
- Caros membros das Delegações dos Estados-Membros da CPLP
- Senhores Representantes dos Estados Associados da CPLP, Agências Internacionais e Organizações da Sociedade Civil
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em nome do Senhor Secretário Executivo da CPLP, Dr. Zacarias Albano da Costa, queremos, nesta ocasião, começar por saudar calorosamente a Senhora Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher de Angola, Dra. Faustina Alves de Sousa,

que nos acolhe nesta inesquecível cidade de Luanda, e agradecer o amável convite da Presidência para marcar presença nesta importante reunião ministerial.

No cumprimento inicial que dirigimos a V. Exa., cumprimentamos todas as Senhoras Ministras e Senhores Ministros dos Estados-Membros da CPLP, ou seus representantes, aqueles que hoje aqui se encontram, e aqueles que nos seguem em plataforma de videoconferência.

Gostaríamos de começar por agradecer o trabalho de preparação desta Reunião, que se realiza em formato híbrido e que comprova a possibilidade de dar continuidade à agenda da CPLP, superando as limitações e os obstáculos colocados pelo contexto pandémico que ainda se vive.

Queremos, ainda, realçar, os valiosos contributos propostos pela Reunião de Pontos Focais, refletidos no projeto de Declaração Final submetida à aprovação de V. Exas.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

A CPLP é hoje uma Comunidade onde a manutenção da paz e a coesão entre os seus povos são ativos fundamentais para o alcance e a concretização do desenvolvimento sustentável.

Por isso, assegurar o gozo e o exercício de todos os Direitos Humanos, por cada um dos nossos cidadãos, é um horizonte que não podemos perder de vista.

Para a CPLP, apenas através do multilateralismo e da cooperação internacional, num espírito de solidariedade global



e responsabilidades partilhadas, será possível alcançar os tão ambicionados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não deixando ninguém para trás.

A pandemia evidenciou as desigualdades e os constrangimentos no acesso aos mais diversos bens e serviços públicos de primeira necessidade.

E ao fazê-lo, a pandemia potenciou, também, uma situação que afeta desproporcionalmente as pessoas e grupos mais vulneráveis, entre as quais as mulheres, mas também as crianças, os jovens e os idosos.

A pandemia forneceu lições duras sobre as vulnerabilidades sociais que surgem da desigualdade e que impactam, arduamente sobre as mulheres.

Mas a pandemia também evidenciou demonstrações de resiliência, que provam que investir no empoderamento das mulheres é investir numa das formas mais poderosas de quebrar a cadeia de desigualdade transmitida de geração em geração.

A CPLP deverá assim continuar a trabalhar para garantir o respeito, a proteção e a eficácia dos direitos das mulheres na nossa Comunidade - o direito à educação universal, gratuita e de qualidade, e o direito a um trabalho digno.

E isso apenas será possível garantindo a participação efetiva das mulheres na definição e implementação das políticas públicas.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Todos os que se encontram presentes nesta VII RMIG estão aqui por uma razão – invocar a necessidade de reforçar a igualdade de género e o empoderamento da mulher na CPLP.

Pensamos que ninguém poderá duvidar que o envolvimento das mulheres no processo de desenvolvimento sustentável da CPLP é crucial para o sucesso da nossa Comunidade.

Para impulsionar uma mudança transformadora neste setor, a CPLP deverá procurar alargar o leque das suas parcerias, para identificar soluções inovadoras, que possam apoiar as mulheres e as meninas da Comunidade a libertar todo o seu enorme potencial para se tornarem líderes, empreendedoras e agentes de mudança para um desenvolvimento sustentável, verde, resiliente e inclusivo.

O empoderamento económico das mulheres, conjugado com a crescente aposta na educação das meninas, no planeamento familiar, na saúde sexual e reprodutiva e na redução do casamento precoce, poderá facilitar a transição para economias de baixo carbono, ajudar a melhorar o uso inteligente dos recursos naturais, auxiliar a reduzir os danos ambientais e a fragmentação da terra, contribuindo para o aumento da resiliência e sustentabilidade económica, social e ambiental da CPLP.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

A promoção de um ambiente mais favorável à realização dos direitos das mulheres e a promoção de uma maior igualdade de género nas diversas esferas da sociedade, coresponsabilizando atores públicos e privados para a efetiva concretização e

promoção dos direitos humanos das mulheres, permanece um desafio relevante em toda a nossa Comunidade.

Apesar de em toda a CPLP existir um discurso político que clarifica a necessidade de proteção dos direitos das mulheres, o que se saúda vivamente, ainda se observa como premente continuar a trabalhar para a sua aplicabilidade prática, nomeadamente no que à revisão e melhoria da legislação diz respeito.

Não sendo uma problemática exclusiva da nossa Comunidade, na CPLP, ainda existem ainda entraves de diversa ordem que limitam a ascensão das mulheres às esferas de decisão política, económica e social, que é necessário ultrapassar.

E para que assim seja, a CPLP deveria apostar no reforço das sinergias e do trabalho em rede no âmbito da igualdade e equidade de género, robustecendo o trabalho de sensibilização e de advocacia com vista a contribuir para um ambiente social, cultural, político e económico favorável à igualdade e equidade de género no espaço comunitário.

Mas a Comunidade deverá, também, reforçar o trabalho político em torno do tema, transversalizando as questões de género e contribuindo, de forma proactiva, para o incentivo à elaboração, adoção e atualização de políticas públicas transversais no âmbito da igualdade e equidade de género.

E isto poderá ser feito por via do reforço da cooperação da CPLP e das parcerias com diferentes atores de desenvolvimento, incluindo aqueles que já beneficiam do estatuto de Observador Associado da CPLP.

A identificação de parcerias que incentivem iniciativas de cooperação para a promoção de estratégias que contribuam para a autonomização das mulheres, reforçando as suas capacidades e construindo novas lideranças femininas, parece-nos uma proposta de indiscutível utilidade e que consta do Plano de Ação de 2022-2024 que será hoje submetido a apreciação de V. Exas.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

As iniquidades provocadas pela pandemia são muito visíveis, tocam no nosso dia-a-dia e não podem deixar ninguém indiferente.

Como se não bastasse o cenário pandémico que ainda vivemos e os severos impactos que tem projetado à escala global, somos agora confrontados com uma nova ameaça à paz e à segurança no mundo, que vem adensar uma conjuntura que já era particularmente exigente e cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Para mitigar este conjunto de dificuldades, valerá a pena inspirarmo-nos valores fundadores da CPLP, expressos na sua Declaração Constitutiva que indicam que a nossa Comunidade, partindo de “valores perenes como a Paz, a Democracia e o Estado de Direito, os Direitos Humanos, o Desenvolvimento e a Justiça Social”, estabelece uma preocupação com “o futuro coletivo dos seus países”.

E é inspirados por esses valores, que nos remetem para a necessidade de acelerar a “solidariedade na diversidade”, que foi aliás o lema da Presidência angolana da CPLP no biénio 2010-

2012, que gostaríamos de exprimir a nossa convicção de que a adoção de políticas públicas que promovam a efetiva realização dos direitos das mulheres e meninas, oferece uma oportunidade singular para acelerar o desenvolvimento sustentável e alcançar paz e segurança globais.

Formar, capacitar e qualificar as mulheres e meninas de hoje é uma das nossas melhores oportunidades para acabar com a pobreza, com a fome, reduzir as desigualdades e reverter as alterações climáticas e assim contribuir para colmatar as profundas desigualdades entre países, mitigando uma ordem social e económica global que requer uma abordagem sensível ao género e baseada na justiça social.

Esperamos que, com o trabalho conjunto dos Estados-Membros, do Secretariado Executivo e dos nossos parceiros seja possível conhecer novos e promissores desenvolvimentos para que, efetivamente, se possa afirmar que, na CPLP, a expressão “Não deixar ninguém para trás!”, não é apenas a afirmação de um objetivo retórico da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado pela vossa atenção.